



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

Ofício Gabinete – 030/2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 86, da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 5.426/2011 (Of. Leg. nº 0920/2011) que: "Dispõe sobre a Criação da Campanha Ordinária de Incentivo e Arborização de Ruas, Praças e Jardins do Município de Pelotas", em conformidade com o parecer apenso, oriundo da Procuradoria Geral do Município contrário a sanção do Projeto de Lei em epígrafe, face a ausência de constitucionalidade.

Estas Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 12 de dezembro de 2012.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Luiz Eduardo Brod Nogueira
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS-12-12-2012-11:05-000224 1/2



Prefeitura Municipal de Pelotas

03.99.36 Relatório de Despacho (Chamado)

Data: 10/1/2012
Hora: 12:47

Número do Documento 000028/2011

Tipo de Documento Projeto de Lei

Data de Criação 29/12/2011

Hora de Criação 11:19:38

Documento de Origem

Data do Doc. de Origem

Data de Recebimento

Usuário que fez despacho NILTON HOFF

Emitente

Resumo do Assunto Redação final do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Campanha Ordinária de Incentivo a Arborização de Ruas, Praças e Jardins do Município de Pelotas.

Sequência 6

Envio 10/1/2012

Recebimento

Despacho O projeto de lei em questão viola o Princípio de Independência dos Poderes.

Abaixo consta minuta de veto total.

Nilton Hoff
Procurador do Município
043, 05 16:35

MINUTA

VETO TOTAL

Senhor Presidente,

Pela presente e no uso das atribuições constitucionais (art. 84, V, da Constituição Federal) e da Lei Orgânica do Município (art. 62, VI e art. 86, § 1º), que são conferidas ao Poder Executivo, venho opor VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei n.º 5.426/2011, que "dispõe sobre a criação da campanha ordinária de incentivo a arborização de ruas, praças e jardins do município de Pelotas", de iniciativa de Sua Excelência, o Senhor Vereador Beto da Z3, por ocorrência de vício de inconstitucionalidade.

Como da redação do projeto de lei emerge, a criação da campanha de incentivo à arborização implica em obrigação ao Executivo de colocar à disposição de interessados mudas de árvores nativas e plantas ornamentais, a serem fornecidas gratuitamente à coletividade, para plantio em áreas públicas e particulares (recuos de residências).

Tal determinação claramente ostenta inconstitucionalidade formal, justamente porque desconsiderou a regra que estabelece ser competência privativa do Poder Executivo a iniciativa de leis para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração, nos termos dos artigos 8º, 60, inciso II, alínea "d", e 82, incisos III e VII, aplicáveis aos Municípios por força do artigo 8º, caput, todos da Constituição Estadual, in verbis:

"Art. 8º. O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na CF/88 e nesta Constituição.

Art. 60. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

(...);
II - disponham sobre:

(...);

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

Art. 82. Compete ao Governador, privativamente:

(...);

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Prefeitura Municipal de Pelotas

03.99.36 Relatório de Despacho (Chamado)

Data: 10/1/2012
Hora: 12:47

Número do Documento 000028/2011

Tipo de Documento Projeto de Lei

Data de Criação 29/12/2011

Hora de Criação 11:19:38

Documento de Origem

Data do Doc. de Origem

Data de Recebimento

Usuário que fez despacho NILTON HOFF

Emitente

Resumo do Assunto Redação final do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Campanha Ordinária de Incentivo a Arborização de Ruas, Praças e Jardins do Município de Pelotas.

Sequência 6

Envio 10/1/2012

Recebimento

Despacho (...);

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.

O diploma ora vetado estabelece atribuições ao Poder Executivo, circunstância que contrasta com o princípio da separação dos poderes, expresso no artigo 10 da Constituição Estadual, in verbis:


"Art. 10. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, o Executivo, exercido pelo Prefeito."

Assim, sem adentrar nos louváveis propósitos do projeto de lei, a determinação para que o Poder Executivo coloque a disposição de interessados mudas de árvores e plantas evidencia a criação de atribuições de um ente político para o outro e daí a inconstitucionalidade. formal, justamente porque desconsiderou a regra que estabelece ser competência privativa do Poder Executivo a iniciativa para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração, nos termos dos dispositivos já citados da Constituição Estadual.

Não é demais lembrar que o Executivo não está sensível à necessidade de inserir a coletividade no esforço de implementar a arborização e proceder em seu cuidado, tanto que editou dois diplomas de adequada formulação em tal sentido, quais sejam, a Lei nº 4.724, de 1º de outubro de 2001, que dispõe sobre o Programa Adote uma Área Verde, assim como o Decreto nº 5.189, de 22 de julho de 2009, que institui o Projeto de Adoção de Praças Públicas, Canteiros e Áreas Verdes - Projeto Adote o Verde.

Diante dos fundamentos de ordem jurídico-constitucional acima firmados e com o propósito de preservar os princípios da Separação e da Harmonia entre os Poderes, oponho o presente VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei n.º 5426/2011, encaminhado pelo Ofício Legislativo nº 0920/11.

Pelotas, 10 de janeiro de 2011.

*Homologado
a Suplente
de Voto*
Em 10.01.12

Nilton Hoff
Prefeito Municipal de Pelotas
CNPJ 06.940.234/0001-00